

Então eu espero que, a partir de agora, realmente, com a vontade do governador, que está ajudando, que está prestigiando a Polícia, essa Polícia, valorizada, tem que ter condições de prestar o melhor serviço à população. Acho que isso é o principal. Como que a gente leva segurança para a população, que vive totalmente insegura, e o policial, sem condição de trabalho?

É evidente que São Paulo, que é a locomotiva do Brasil, não pode ter um dos piores salários. O governador prometeu corrigir isso. Então tem que se privilegiar, mesmo, quem está nas ruas, cumprindo o seu dever.

Não adianta ficar criando tornozeleira, quartel. Isso é muito bonito na teoria. Mas, na prática, a Polícia tem que estar na rua, combatendo o crime, que é a função da Polícia. Essa é a grande verdade. Então agradeço o Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Conte Lopes. Chamo agora o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Passo para a lista suplementar. Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Beth Sahnó. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.)

Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. A senhora pode usar a tribuna pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Primeiro, boa tarde, Sr. Presidente. Que orgulho ter você sentado, Guilherme Cortez. Quero saudar todos os deputados, todas as deputadas. Quero saudar todos os funcionários desta Casa.

Eu gostaria muito de exibir, fazer uma denúncia, aproveitar a minha fala para fazer uma denúncia. Gostaria muito de colocar um vídeo, para que todos acompanhem o que está acontecendo na praça da Sé, aqui na cidade de São Paulo.

- É exibido o vídeo.

Bom, é com muita tristeza, né, subir na tribuna, e aí a gente escuta várias falas e vários deputados enfatizando várias políticas. Inclusive, o deputado Marcolino fez uma denúncia que nós queremos, sim, que as estradas saiam, mas não que fique no papel, não que sejam usadas como uma forma de campanha para as próximas eleições.

Então, com muito orgulho, para quem não conhece as cozinhas solidárias, as cozinhas solidárias do MTST são 31 cozinhas solidárias que lutam exatamente no combate à fome.

Quando as cozinhas solidárias surgiram? Não é uma política, ainda não é do governo. Resiste à base de muita solidariedade, à base de muitas doações, à base de muitas pessoas que, inclusive, fazem um trabalho voluntário.

É assim que nós resistimos com 31 cozinhas inauguradas em 14 estados do nosso país, e aqui, na Praça da Sé, nós estamos sofrendo uma violência gigantesca.

Todos os dias, no horário do almoço, nós servimos, as cozinhas solidárias servem mais de 500 marmitas por dia. Lembrando que também é uma denúncia, porque eu acho que todo mundo lembra daquela cozinha do “Bom Prato” que foi fechada em Campos Eliseos, foi fechado um “Bom Prato” e, como retaliação, como essa política mesmo genocida, higienista, racista, fascista, a gente vê um grande empenho do governador, a gente vê um grande empenho do prefeito Ricardo Nunes, prefeito da cidade de São Paulo, que continua, que insiste, não em um processo de dar dignidade para as pessoas que já estão em extrema vulnerabilidade da fome, em extrema vulnerabilidade, em situação de rua.

Lembrando que esse grande aumento, o aumento recorde, inclusive, de pessoas que estão hoje em situação de rua, foi uma política também genocida lá atrás, de 2020, que, enquanto nós estávamos lutando para ficar...

Porque tinha aquela política do “fique em casa”, mas, no contraponto, Marcolino, sabe o que estava acontecendo? No contraponto, eles estavam indo para as comunidades derrubar as casas, reintegração de posse.

Para as pessoas, essa é a política que a gente vê aqui no estado de São Paulo. Várias pessoas estão hoje em situação de rua, famílias inteiras, sem contar a grande quantidade de crianças que hoje se encontram sem lar, que hoje se encontram sem ter o que comer, sem escola, e aí surgiu, do nada, um processo. Sabe, Cortez? O governador falou que iria fazer uma política de reparação e de organizar o Centro da cidade, de organizar a Praça da Sé.

Então, vamos organizar quem está em situação de rua? Então, o que aconteceu? Ele inventou um programa, um tal programa que vai colocar as pessoas que já estão em situação de rua para ir trabalhar. Sabe onde? Na agricultura. Sabe, no interior de São Paulo? Colocar lá.

Pegar as pessoas, “vamos juntar todo mundo”. Acho que todo mundo lembra, inclusive, quando o Doria pegou, “Cidade Limpa”, mas ele pegou as pessoas e colocou dentro de um ônibus e colocou lá em Santos.

Ou seja, mais uma vez, nós estamos enxergando nitidamente, e por isso que é bom a gente lembrar que eu protocolei. Protocolei pedindo o processo de requerimento, exigindo, pedindo que venha aqui o secretário, para que a gente consiga saber como que vai se dar esse processo.

Será que mais uma vez nós vamos ter que acompanhar pessoas sendo jogadas para o interior de São Paulo, para viverem em situação de trabalho análogo à escravidão?

Já não basta a fome? A nossa luta é para combater a fome, a vulnerabilidade. Nós não vamos sair das ruas enquanto, de um lado, passa para a população que estamos fazendo coisas, estamos reajustando.

Inclusive, é importante lembrar que a GCM que está hoje sendo, lógico, conduzida pelo prefeito da cidade de São Paulo, o Sr. Ricardo Nunes, são pessoas que inclusive estão dependendo também de um aumento salarial, de melhores condições de vida.

São pessoas também que muitas vezes estão ali sem nem saber o que está acontecendo, porque estão tendo que, mais uma vez, oprimir pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade extrema, que é a situação da fome.

É só fazermos um exercício. Vamos ficar três dias sem nos alimentar? Vamos ficar três dias sem tomar banho, três dias dormindo em situação de rua, que aí nós iremos ter, de fato, esse olhar para a sociedade?

Estou aqui para dizer que as cozinhas solidárias vão resistir. Viva a luta dos sem-teto, viva a luta das cozinhas solidárias.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigada, deputada Ediane Maria. Orgulho é o que essa Assembleia tem que ter por a sua primeira trabalhadora doméstica como deputada estadual. Parabéns pelo seu trabalho. Pelo horário, dou por encerrado o Pequeno Expediente e abro, imediatamente, o Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Queria falar pelo Art. 82, pelas bancadas do PT e PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - É regimental. O senhor tem a palavra pelo Art. 82.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários que estão nesta Assembleia Legislativa. (Inaudível.).

Sr. Presidente, chegou aqui o projeto de lei esta semana entregue pelo governador em relação à adequação salarial dos servidores da Segurança Pública do estado de São Paulo, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Nós estamos conversando com diversos representantes, estão percebendo que tem diversas distorções que terão que ser adequadas ao longo dos próximos dias. Então, vão chamar audiência pública, vão fazer adequações e emendas aos projetos apresentados para que, de fato, a Polícia Militar e a Polícia Civil sejam valorizadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Mas o outro projeto que foi apresentado... Nós estamos fazendo um estudo agora em relação ao da Polícia Militar para apresentar também na próxima semana; já fizemos em relação ao outro projeto, do salário mínimo. Queria que colocassem aqui uma apresentação para a gente entender a proposta que foi apresentada, que é o 704, de 2023.

Pode passar a próxima? Aqui, nós temos uma adequação. O salário mínimo estadual foi autorizado e aprovado na Lei federal nº 103, de 2000, que permitiu a fixação de salários mínimos estaduais.

Aqui no estado de São Paulo, o salário mínimo foi aprovado na Lei nº 12.640, de 2007. Foi a primeira vez que teve o salário mínimo estadual com três faixas. A partir de 2015, teve a descontinuidade dessa faixa, da três. A última atualização foi feita pela Lei nº 17.526, de 30 de março de 2022. Agora, volta uma nova proposta.

Pode seguir. Queria deixar esse quadro para vocês perceberem que aqui tem as três faixas, mostrando do salário mínimo somente até 2014, como teve a descontinuidade.

A gente percebe que aqui é o salário mínimo nacional, aqui em verde; depois, nós temos as três faixas do salário mínimo estadual: tinha a faixa um, a faixa dois e a faixa três. A gente percebe que você não pode fazer uma fixação de um salário mínimo estadual menor do que o salário mínimo nacional.

Pode passar para a próxima. Estou colocando aqui a faixa um, agora, e a faixa dois, que está sendo proposto pelo governador fazer uma adequação, não ter mais agora a faixa dois, ter a faixa um.

A gente percebe aqui que, durante o período de 2021 a 2022, sempre teve... Eu vou mostrar para vocês na próxima transparência. Pode colocar a próxima transparência? Vocês vão percebendo ali a adequação que tem?

Você tem um crescimento do salário mínimo desde que ele foi aprovado, em 2007, aqui no estado de São Paulo sempre maior do que o salário mínimo nacional. Quando chegou em 2021, continuou tendo um crescimento do salário mínimo nacional e o salário mínimo estadual teve praticamente uma queda.

Teve uma queda em 21, teve uma queda em 22 porque não houve correção. Então, aproximou muito o salário mínimo nacional com o salário mínimo do estado de São Paulo.

Pode passar para a próxima. Aqui, a gente mostra efetivamente essa queda. Então, pega 2007: começou com 7,89%, foi subindo a cada ano; chegou em 2019 a 16,59%; 16,18% em 2018. Só que, em 2021/2022, o percentual - e já começou a cair em 2020 - o percentual do salário mínimo regional, que é o do estado de São Paulo, foi menor do que nos anos anteriores. Então, agora, quando o Governo apresenta que vai fazer aqui uma adequação, em 2023, em 17,42%, a gente percebe que houve uma queda nos anos anteriores e o que se faz agora é uma adequação do salário mínimo estadual e regional do que era a base de comparação com os anos anteriores.

Passa a próxima transparência. Aqui, a gente mostra essa diferença, porque a gente vê agora, na televisão, o governo Tarcísio quando apresentou aqui: “Estamos apresentando um salário mínimo muito maior do que o presidente Lula está apresentando no Brasil”.

Eu estou mostrando para vocês aqui agora que a adequação que o Governo do Estado apresentou e está apresentando aqui no estado de São Paulo está adequando a diferença que teve de 2021 e de 2022, que não fez a projeção, está voltando a projeção em torno de 16%, que era a média dos anos anteriores. Interessante que quando você olha o impacto real do salário mínimo você percebe que a diferença é muito pequena, não é tão grande como o Tarcísio tem apresentado.

Concluindo, em relação a essa informação, o salário mínimo regional não impacta nos servidores da Saúde, não impacta nos servidores da Educação, não impacta nos servidores públicos do Estado, diferentemente do salário mínimo federal, que impacta em todos os aposentados do nosso País, impacta em todos os salários mínimos do Estado.

Então, do mesmo jeito que nós fizemos aqui esse levantamento para mostrar para a população que o que está sendo apresentado aqui no estado de São Paulo é muito diferente do que aquilo que foi efetivamente apregoado pelo governador no estado de São Paulo. E essa diferença é a mesma que tem em relação aos servidores da Polícia Militar e aos servidores da Polícia Civil.

Nos próximos dias vamos mostrar para vocês o que foi apresentado pelo Governo do Estado de São Paulo para os servidores de Segurança Pública, pensando em um governador que está em início de mandato, tinha que ter conversado muito mais com seus representantes, do mesmo jeito que não foi conversado, nobre presidente, com as centrais sindicais para discutir o salário mínimo regional.

Também o governador não discutiu com as representações da Polícia Militar e da Polícia Civil para montar o projeto aqui para a Casa. Então estamos fazendo esse estudo e na semana que vem vamos trazer aqui o impacto que, de fato, tem essa proposta apresentada, mostrando que o Tarcísio, quando vai para a televisão, é uma coisa, quando a gente abre os números a gente percebe que não é tudo aquilo que ele apresentou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Marcolino.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de usar o Art. 82 pela liderança da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - É regimental. A senhora tem o uso da palavra na tribuna pelo tempo regimental.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PELO ART. 82 - Presidente, o motivo que me traz aqui, e eu sei que o senhor é grande partidário e colaborador dessa ideia, é que o governador Tarcísio, na última semana, prometeu rigor na punição e cadeia aos invasores de terra do estado de São Paulo.

Eu acho que ele quer jogar para a claque e se referir aos lutadores por moradia popular, um direito constitucional garantido na legalidade e na constituição do Brasil. Então, a gente quer lembrá-lo de quem são os grandes invasores de terra do estado de São Paulo e o mandato do senhor colabora bastante para a gente lembrar isso.

Os invasores de terra são aqueles que invadem área de preservação ambiental e desmatam, que invadem áreas de manancial para instalar condomínio, que constroem mansões em Maresias, toda terra devoluta do estado de São Paulo, os grandes latifundiários que praticam trabalhos análogos à escravidão, todos aqueles e aquelas que na cidade de São Paulo desmataram pelo menos 90 áreas para a construção de condomínios em plena luz do dia, sem nenhum encaminhamento da gestão pública.

Por isso eu quero dizer ao governador Tarcísio que ele conte com o nosso mandato para punir os invasores de terra do estado de São Paulo. Por isso nós, mais uma vez, vamos mandar para ele um relatório dos latifundiários, fazendeiros, construtores de condomínio que invadiram áreas de preservação ambien-

tal no estado de São Paulo, que bate, ano após ano, desde a passagem do Ricardo Salles pela secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo, recordes de desmatamento da Mata Atlântica e do Cerrado.

A quem desmata e nos priva do futuro, eu sou a favor do rigor da lei. Aos movimentos populares de moradia, toda a minha solidariedade e apoio, porque existe terra e casa para todo mundo. O que existe também é um racismo estrutural que há séculos separa pessoas pobres, e quando a gente está discutindo pobreza no Brasil a gente está discutindo raça, que separa pessoas pobres do direito à moradia.

Por isso, vou lembrar ao governador mais uma vez que eu estou ansiosíssima para ver ele mandar para a cadeia latifundiários e empreiteiros que constroem em área de preservação ambiental.

Outro tema, assunto do dia, ainda a proposta de aumento de salário dos policiais. Ouvi os colegas, alguns deles que me antecederam, comemorarem a promessa de retirada do artigo que fala da alíquota de contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas da Polícia Militar.

Um avanço, sem dúvida. É escabroso confiscar salário de aposentado e pensionista. É escabroso, escandaloso que isso estivesse no texto, mas não está bom. Não está bom. Não é uma vitória ainda.

Não é uma vitória porque o aumento não atinge a todos de forma igual e não é uma vitória porque divide os policiais quando a gente deveria trabalhar para uni-los e organizá-los. Não estará bom enquanto os policiais penais não forem incluídos.

E olha, Suplicy, Marcolino, eles estão muito preocupados com a proposta de regulamentação da Polícia Penal. Não que isso justifique eles não estarem no projeto; não justifica, não existe nenhum dispositivo legal para eles não estarem nessa proposta. É falta de vontade política.

A gente apresentou emenda para a inclusão dos policiais penais nesse projeto, mas eles estão com medo porque talvez o governo aplique a eles a mesma forma de remuneração dos professores, que é através de subsídios. Vocês sabem que subsídio não conta para fins previdenciários.

Uma pessoa que recebe por subsídio não vai se aposentar com o salário que recebeu a vida inteira, porque não é salário, é bonificação. Não vai receber férias proporcionais, não vai receber 13º, não vai ter os direitos trabalhistas calculados por cima disso tudo.

Então, é um absurdo que uma classe policial receba recomposição salarial - e uma recomposição salarial ainda tardia - e outra classe policial seja rebaixada ao critério de receber por subsídio e não mais salário.

É por isso que repito que o governo do estado de São Paulo trabalha para dividir os policiais. Olha que debate tortuoso a gente está fazendo aqui. Enquanto os policiais militares aguardam um ansioso e justo aumento de salário, a gente tem que ficar brigando para lembrar dos esquecidos. Uma categoria não pode ser colocada contra a outra, porque, lá na rua, vão ter que trabalhar juntas.

Então, o governo do estado de São Paulo trabalha para implantar um estado de guerra, revanchismo e competição entre as forças policiais ao valorizar algumas e esquecer e golpear as outras, coisa que nós não vamos permitir.

Esse projeto só sai da Assembleia Legislativa, no que depender da bancada do PSOL, quando todos os trabalhadores da Segurança Pública receberem a merecida recomposição salarial.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputada Monica.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de líderes, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O senhor permite apenas... Eu gostaria de registrar a importância dos pronunciamentos, tanto agora da Monica Seixas, como da Ediane Maria, quando ela mencionou e mostrou o vídeo de pessoas que estavam distribuindo uma caixinha de alimentos para a população em situação de rua, que estava lá com grande fila, e eis que os responsáveis pela segurança na Praça da Sé tentaram proibir uma coisa dessa natureza.

Eu acho que, ainda mais na Praça da Sé, onde tanto o padre Júlio Lancellotti tem defendido o direito da população em situação de rua, essa operação dos responsáveis pela segurança não é admissível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Suplicy.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, e também agradece o empenho e o trabalho de todos os servidores desta Casa, sobretudo os servidores da Rede Alesp, que cumprem um trabalho essencial para comunicar o que acontece nesta Casa. Merecem todo o nosso respeito e gratidão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

5 DE MAIO DE 2023 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência e abre a sessão. Comenta e parabeniza as ações do governo federal quanto à mitigação da disparidade salarial entre homens e mulheres. Defende a implantação da renda básica universal. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 08/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Gostaria de fazer um pronunciamento de início.

Muito boa tarde, colegas deputados e deputadas desta Casa e a todos que estão acompanhando esta sessão. Apesar de ser uma semana muito movimentada na política nacional, com a Justiça atuando na elucidação do que antes era suspeita e agora vai se confirmando com provas, depoimentos e ações importantes da Justiça brasileira, é preciso destacar as alegrias e os avanços, sobretudo aqueles que têm importância histórica e potencial de transformação das estruturas sociais desiguais que temos.

É uma realidade difícil de enfrentar, mas precisamos encarar o machismo como um problema estrutural e que vem de uma construção histórica, definindo lugares sociais desiguais a partir das diferenças entre sexo e gênero, guardadas as devidas intersexualidades.

Uma das provas mais contundentes de que as desigualdades também são pautadas pelo critério de sexo e de gênero é a disparidade salarial entre homens e mulheres, que foi derrubada no dia de ontem na Câmara dos Deputados por 325 votos favoráveis contra 36 contrários, e que entre outras diretrizes também estabelece que empresas com mais de 100 funcionários apresentem relatório de transparência salarial a cada seis meses.

Isso é motivo de alegria, comemoração e efusivos cumprimentos a todas as parlamentares envolvidas nesse processo e a todas as mulheres que têm lutado por direitos iguais ao longo da história.

É um grande avanço que reconhece a luta histórica das mulheres por igualdade de condições na sociedade, mas, como bem tenho aprendido com as mulheres com quem convivo, essa vitória é uma batalha importante, mas ainda há muito que deve ser feito para que essa igualdade seja plena e permanente.

É preciso que a sociedade entenda que a disparidade salarial é uma das consequências do pensamento machista, que define uma divisão sexual para o trabalho, em que homens têm funções mais valorizadas e ocupam cargos de confiança e decisão com maior frequência, e mulheres continuam sendo vistas como menos capazes e atreladas a funções domésticas, mesmo no ambiente corporativo ou exercendo a mesma função profissional que nós, homens, exercemos.

Ou seja, ainda vivemos pautados pela construção histórica de que há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, o que dificulta o acesso de pessoas do sexo e gênero feminino a diferentes postos profissionais.

No âmbito do machismo nas relações trabalhistas, é importante que mulheres também lutem contra o desemprego, já que a divisão sexual do trabalho coloca mulheres nas maiores taxas de desocupação, 14,1%, do que os homens, que são 9,6% nos índices de desemprego.

A carga horária é outro problema que dificulta a vida das mulheres, já que elas costumam ter uma jornada dupla ou tripla, dando conta do trabalho doméstico, do cuidado com crianças, idosos ou pessoas da família que adoecem, o que soma uma média de 21,4 horas semanais a mais de sua carga horária remunerada, enquanto os homens destinam 11 horas por semana para essas mesmas atividades, quando o fazem, pois muitos acreditam que é trabalho de mulher.

Dada a relevância desse dado, eu vou ler outra vez essa sentença. A carga horária é outro problema que dificulta a vida das mulheres, já que elas costumam ter jornada dupla ou tripla, dando conta do trabalho doméstico, do cuidado com crianças, idosos ou pessoas da família que adoecem, o que soma uma média de 21,4 horas semanais a mais de sua carga horária remunerada, enquanto os homens destinam 11 horas por semana para essas mesmas atividades, quando o fazem, pois muitos acreditam que é trabalho de mulher.

As mulheres também são mais exploradas nas relações trabalhistas, já que o machismo define tantos critérios preconceituosos para o emprego formal que muitas acabam tendo o trabalho informal como única opção. E esses são mais precários e sem respaldo das leis e fiscalização trabalhista.

Garantir a isonomia salarial, portanto, é um avanço que reconhece a relevância da luta das mulheres, mas que seja o primeiro dos muitos atos que ainda virão neste governo Lula.

Eu quero, portanto, cumprimentar o presidente Lula, o Ministério das Mulheres e todos aqueles no ministério do governo do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, cumprimentar a todos por esta iniciativa, que é muito importante como um passo na direção de termos maior igualdade entre os seres humanos, entre as mulheres e os homens, para que haja uma igualdade a todos que moram no Brasil, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica.

Nós precisamos, sim, avançar na direção de termos a implantação, ainda que gradual, da renda básica de cidadania até chegarmos a tê-la como algo universal e incondicional.

A ninguém será negada, até para os que têm maior riqueza relativa, até para os mais bem-sucedidos empresários brasileiros, sim. Mas, obviamente, e que temos mais, colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venham a receber.

Eu gostaria de informar que, no âmbito da comissão que está examinando a medida provisória que foi publicada no “Diário Oficial” pelo presidente Lula, pelo ministro Wellington Dias, autores da proposição sobre, novamente, a instituição do programa “Bolsa Família”, que ali está que a instituição do “Bolsa Família” constituiu um passo na direção de implantarmos, ainda que por etapas, e nesse ano, pelos mais necessitados, a renda básica universal e incondicional.

O dia que tivermos uma renda básica igual para todos os brasileiros e brasileiras, também, em grande parte, esse problema que vinha ocorrendo de grandes diferenças entre as remunerações de homens e mulheres, seria, em boa parte, enfrentado.

Eu tive a oportunidade de, em janeiro de 2019, visitar as vilas rurais do Quênia, na África, onde uma... Em decorrência de uma iniciativa de uma instituição denominada GiveDirectly, dando, diretamente, de iniciativa de quatro formandos nas universidades de Harvard e Massachusetts Institute of Technology...

Eles acabaram recebendo um prêmio do Google e mais uns recursos das empresas do Vale do Silício, juntaram 30 milhões de dólares para iniciar uma experiência da renda básica de cidadania ali nas vilas rurais do Quênia.

Toda pessoa de 18 anos ou mais passou a receber via telefone celular, e que pode ser objeto de troca no armazém da vila, mas toda pessoa de 18 anos ou mais passou a receber uma renda da ordem de 22 dólares por mês, que é uma quantia modesta próxima do nosso “Bolsa Família”.

Mas eu pude ali verificar, juntamente com a Mônica Dallari, que me acompanhava, como houve efeitos muito positivos a respeito.

Nós perguntamos:

“- Quando vocês passaram a receber essa modesta renda básica, passaram a trabalhar mais ou menos?”.

“- Muito mais. Aqui nos arredores da minha casa, passei a plantar muito mais verduras, frutas e legumes.”

“- Que outras diferenças houve?”.

“- Nós, quando recebemos os 22 dólares em moeda do Quênia, nós nos reunimos, marido e mulher, para conversar sobre quais serão as nossas prioridades e quais são as principais prioridades. A educação de nossas crianças.”.

“- E que outros efeitos houve?”.

“- Nós mulheres, dez mulheres, nos reunimos a cada mês para fazer com que uma parte do que foi recebido por cada uma de nós seja dada a uma das dez mulheres, para que ela possa, naquele mês, adquirir um objeto de maior valor.”

Outras consequências houve. Do ponto de vista da autonomia e dignidade das mulheres, melhorou muito, a ponto da violência doméstica contra as mulheres diminuir 51 por cento. E a violência sexual contra as mulheres diminuiu em 66 por cento.

Ou seja, a renda básica universal terá um efeito muito positivo para todas as mulheres e para todos os seres humanos.

SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Então, havendo a concordância das diversas lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 26 minutos.
